

Práticas territoriais da classe média urbana: o Jardim Icaraí em Niterói/RJ

Territorial practices of urban middle class:
Jardim Icarai (Icaraí Garden) in Niterói/RJ

Brasilmar Ferreira Nunes*

Resumo

Discutimos, no presente artigo, a partir do pensamento de Georg Simmel, algumas hipóteses sobre o sentido que o espaço residencial nas metrópoles contemporâneas representa para seus ocupantes, particularmente como mecanismo de classificação social. Privilegiamos autores da ciência social, procurando articular diferentes abordagens que, na nossa leitura, se complementam e ajudam na compreensão da lógica social urbana. Tomamos como referência para ilustrar nossas reflexões uma área de classe média na cidade de Niterói-RJ que pelas suas características nos oferece o pano de fundo para elaborarmos algumas considerações.

Palavras-chave: metrópole; classe média; habitação; estética urbana; sociabilidades urbanas.

Abstract

In this paper we discuss, from the thought of Georg Simmel's , some assumptions about the meaning of the residential space in the contemporary modern metropolis for its occupants, particularly as a mechanism of social classification. Favoring authors of social science, we have tried to articulate different approaches that, in our interpretation, are self-complementary and that would help us to understand urban social logic. In order to illustrate our reflections we took as a reference a middle class area in Niteroi, RJ whose characteristics provided us with the necessary background to elaborate some considerations.

Keywords: metropolis; middle class; housing; urban aesthetics; urban sociability.

Situando a questão

Georg Simmel tem inúmeros textos, a maioria ensaios, que tratam de questões que podem ser úteis para uma análise sociológica da metrópole em sociedades de mercado. Entretanto, sem dúvida, dois deles, com inúmeras edições, são referências obrigatórias: *A metrópole e a vida mental* e *O Estrangeiro*. São textos clássicos da sociologia urbana que alimentaram o pensamento social sobre a cidade, seja na Europa, seja nas Américas, desde suas publicações em fins do século XIX.

Há ali a síntese de um pensamento complexo e sofisticado, que ultrapassa leituras tradicionais do social. São atuais mais de um século depois de escritos, apesar de todas as mudanças que a vida social nas metrópoles vem experimentando ininterruptamente. Antes de Freud, ele já apontava para os efeitos psíquicos que a multidão produz nas mentalidades individuais, e encontra Weber, por caminhos diferentes, quando argumenta que a grande cidade, na medida em que instaura um padrão de sociabilidade específico, é um operador que institui a racionalidade na vida cotidiana. De fato, Simmel dá lugar de destaque à cidade em seus escritos, tanto quanto Karl Marx o fez com o mundo do trabalho e Max Weber com o processo de racionalização na era moderna.

Enquanto Weber prioriza suas análises sobre a cidade até o século XVIII, Simmel, para quem Berlim era o protótipo da metrópole moderna, se debruça sobre a grande cidade da modernidade. Suas reflexões sobre a cidade se constroem a partir de uma oposição entre a pequena cidade e a grande cidade, ou a metrópole na modernidade. Seja nas pequenas cidades,

seja nas metrópoles, em Simmel se trata de um aglomerado de pessoas com interesses divergentes, divergências essas que oferecem a sinergia para que cada um seja estimulado a realizar as mais elevadas performances, alimentando a dinâmica da troca.

A diferença entre os dois modelos de cidade em Simmel não é numérica: se sustenta em razão do potencial de centralidade que a aglomeração apresenta. De maneira dialética, Simmel vai insistir que a centralidade se manifesta na medida em que a cidade expande sua influência externa. Entre maior concorrência e mais complexa divisão do trabalho há um contexto que leva ao enriquecimento geral. Estabelece-se assim um círculo que se autoalimenta, fazendo da metrópole um “centro” econômico com capacidade de expandir e ampliar sua área de influência. Assim, um aglomerado de população pode ser denso, heterogêneo, de grande dimensão e não possuir o potencial de centralidade evocado por Simmel. A metrópole, por outro lado, adquire uma autonomia que historicamente faz dela uma forma e um conteúdo, sede da economia monetária, mesmo antes do aparecimento do capitalismo moderno.¹ E aí talvez fosse útil insistir que quando Simmel, a todo o momento, afirma que a grande cidade é sede da economia monetária, não se refere a uma dimensão estatística, mas sim à função de centralidade.

A pequena cidade aparece em suas análises como se fosse para compreendermos por contraste a originalidade da metrópole. Há nas entrelinhas de seu pensamento a possibilidade de uma metropolização do conjunto da sociedade, o que terminaria com a distinção entre os dois modelos de cidade. Isso poderia ser decorrência da generalização da moeda nas

interações da vida cotidiana que daria primazia ao intelecto sobre as demais dimensões da vida subjetiva. É nessa dinâmica contraditória entre o mundo exterior, materialista, monetarizado, racional e o mundo interior, onde predominaria a subjetividade, que Simmel vai elaborar o seu argumento sobre a “tragédia da cultura”, fenômeno típico da modernidade urbana, metropolitana.² De certa maneira, aqui também ele se antecede ao “O mal-estar na civilização” de Freud, para quem a vida em sociedade pressupõe uma dose de sofrimento à qual estaríamos todos submetidos. O indivíduo *blasé*, a atitude de reserva, são duas categorias de análise que nos ajudam a compreender a predominância do intelecto, ou da racionalização, nos vínculos sociais. Para Simmel, a reação do psiquismo nas interações que se passam nas metrópoles seria uma apropriação ativa do contexto com vistas a exercer uma individuação e a liberdade garantidas pelo anonimato (Remy, 1997, p. 64).

Pois bem, essas reflexões gerais nos servem de referência para tratarmos de nosso interesse neste artigo. Consideramos que a relação indivíduo e sociedade é complexa, no sentido em que dimensões particulares se entrecruzam com dimensões maiores, num emaranhado de significados que, em última instância, estão na base dos sistemas classificatórios em sociedade. De fato, a vida em sociedade é construída por trajetórias individuais que se definem dentro de parâmetros grupais, de tal maneira que as exceções são consideradas excentricidades, e todos terminam por se adaptar a estilos mais ou menos aceitos pelo grupo ao qual pertencem. Temos sim um grau de autonomia relativo que é estreito, porém raramente estamos dispostos a romper radicalmente com os padrões vigentes. Em outros termos,

podemos considerar que ninguém escapa da sociedade e terminamos por nos adequar às regras sociais definidas exteriormente a nós.

São diferentes as esferas nas quais os sistemas classificatórios se constroem e podemos considerar a proposta weberiana das esferas econômica, social e política, cada qual com suas regras e seus conceitos peculiares. A esfera econômica tem no conceito de “classe” a sua unidade de análise principal. Estamos, portanto, considerando, como o autor, que classes seriam aqui tratadas como uma dimensão da esfera econômica e vão estar condicionadas às leis do mercado, da oferta e demanda por trabalho e seus níveis de remuneração monetários. Como é incisivo em Weber, “classe é uma situação de mercado” (1981, p. 65).

No entanto, não é possível permanecer apenas nesse nível analítico para explicar os fenômenos sociais, pois é um enorme reducionismo restringir, por exemplo, a sociedade aos muros de uma fábrica ou às relações de trabalho. Nesse sentido, a esfera social surge em Weber como um elemento adicional na compreensão do espaço social. Sabemos, por exemplo, que indivíduos na mesma faixa de renda têm muitas vezes padrões de consumo ou estilos de vida completamente diferentes. Assim, se na esfera econômica os sistemas classificatórios são basicamente quantitativos – quanto? – eles esbarram na esfera social, onde as dimensões qualitativas da vida se manifestam – como?.

Na ordem social, a unidade de análise é o *status* que é percebido por outros critérios diferentes dos quantitativos. Weber insiste que ao fim e ao termo o econômico e o social terminam por se autocondicionar. Entretanto, para efeito de análise, é importante analisá-los

separadamente, tendo em vista que guardam uma autonomia relativa em face dos demais e só iremos compreender as lógicas implícitas se conseguirmos focar no específico de cada um deles. Em outros termos, os sistemas classificatórios em sociedade são tanto de natureza econômica como social.³

A lógica social e estética do espaço construído

Para entendermos a lógica social do espaço construído, teremos que utilizar ambas as esferas que se guiam por princípios passíveis de decodificação. Sabemos que, por exemplo, o mercado imobiliário organiza o território da cidade por faixas de renda, e um olhar apressado vai apontar algo que aparentemente obedece às regras do bom senso: altas rendas preferem residir próximas aos seus semelhantes, da mesma forma que baixas rendas também têm essa preferência. No entanto, essa “coincidência” de gostos de lugar de moradia ou de lugar para habitar por faixas de renda tem componentes que escapam ao observador desavisado. Há uma conjunção de aspectos que levam a que determinados grupos procurem certas áreas e não outras. Sem dúvida, a valorização monetária do imóvel é importante, pois através dos preços a seleção é feita com base nas rendas das famílias, via mercado. Porém somam-se a esse dado, fortalecendo naquilo que lhe é peculiar, outras unidades de medida, tais como acessibilidade, oferta de serviços e equipamentos urbanos, padrões urbanos das construções, etc., que pesam na decisão da escolha. Em outras palavras, por mais que a renda garanta

maior autonomia de escolha da moradia, outras dimensões entram em cena para fazer valer seus critérios classificatórios. Isso nos leva a considerar que o espaço construído da cidade se guia, na sua produção, por valores de classe e de *status*. Vejamos mais de perto esse argumento.

Essa lógica é comum às metrópoles contemporâneas, cada qual fazendo valer seus critérios de renda, além, é claro, de valores culturais. Entretanto, essa separação das moradias por renda no território não reduz o espaço social da cidade a lógicas homogêneas. Continuam valendo regras de classificação, porém imóveis nos melhores endereços não somente são os mais caros, mas geralmente também são os maiores e de melhor qualidade. Imóveis mais usados, que não atendem ao padrão médio do comprador (por qualidade ou área, por exemplo) são adquiridos por grupos e famílias de menor renda, garantindo o caráter socialmente misto do bairro urbano. Queremos insistir que esses critérios de escolha do imóvel não se aplicam apenas às metrópoles europeias ou norte-americanas; na América Latina e no Brasil, com a rápida industrialização e a formação de uma classe média urbana com recursos alimenta essa regra, que pode ser aplicada, como veremos adiante. Assim, o contexto ambiental, seja do imóvel, seja da área em que ele se situa contribui para a determinação dos moradores que optam, como vemos, por ambientes onde práticas simbólicas do grupo possam ser exercidas. Isso explica, por exemplo, por que se opta por certo imóvel mesmo não tendo o padrão de renda médio da área, ou seja, se endividando para garantir um estilo de morar e de viver, uma estratégia peculiar a grupos que valorizam o *status*.

Não se pode negar que nossas grandes cidades são unidades urbanas heterogêneas, com uma importante parcela de seu espaço construído escapando às características qualitativas dos imóveis. São áreas pauperizadas, pobres, muitas vezes clandestinas, que surgem como espaços construídos sem critério nenhum, apenas a necessidade. Poderia, portanto, ser colocada a questão sobre a manifestação da ordem social também nessas áreas. De fato, basta se embrenhar ali, dialogar com seus morador(a)es para se perceber que há uma valorização do imóvel e do lugar que não é monetária.

São essas condições de sentido que o espaço adquire para seus usuários que faz da cidade, mesmo nos tempos atuais, capaz de agir à maneira de uma grande personagem na acumulação de experiências novas, ao mesmo tempo em que as integra ao passado. O abrigo contra as intempéries da natureza, a proteção que um imóvel oferece tem significados para cada um de seus moradores independentemente do nível de renda.⁴ Por outro lado, tampouco as áreas de altas rendas têm padrões estéticos homogêneos, numa clara evidência de que outros aspectos entram em questão no momento da escolha da moradia. Mais ainda, há, nas diferentes áreas, sistemas classificatórios dos imóveis que fazem com que o mosaico urbano tenha lógicas próprias de valoração e de sentido que se traduz muitas vezes num apego afetivo ao imóvel e ao lugar. Se assim o é, habitar num determinado endereço no bairro é um indicador de um *status* social: pode estar indicando grandes apartamentos, preços elevados, qualidade da construção superior, aliado a um valor-de-uso do imóvel, na medida em que aponta para uma certa "arte de viver" no

charme de um bairro privilegiado. Residir em tais endereços significa um privilégio que se procura e pelo qual quem pode pagar está disposto a desembolsar valores elevados.⁵

Retomando Simmel e considerando os elementos acima, não é fora de propósito concordar com o autor, para quem se a cidade gera formas de sociabilidade, ela pode também ser lida como o lugar de emergência de formas estéticas. Os dois aspectos devem ser colocados em relação, aliás, como Simmel os enxerga. É esse mecanismo que faz das metrópoles contemporâneas, especialmente nas economias de industrialização tardia, e com elevados níveis de desigualdade econômica, um mundo de difícil domínio. Sobretudo porque a cidade como paisagem pressupõe uma troca que significa ver e sentir, que não se deixa apreender num primeiro olhar: a descoberta é progressiva, jamais imediata. Temos o sentimento de que as coisas são ligadas somente depois de as ter percebido isoladamente: primeiro, é "preciso separá-las para depois reuni-las" (Simmel, 2007, p. 46) tal como nos aparecerem nos ambientes com elevada dose de heterogeneidade física e social.

O que muitas vezes gera dificuldades de percepção é que essa segregação urbana raramente é absoluta. Faz parte da característica das cidades a mistura, porém sabemos perfeitamente quando estamos circulando numa área "nobre" comparada a uma "popular" ou de classe média. Além do mais, dependendo da natureza do espaço físico da cidade, podem ocorrer extremas variações e dispersões dos preços dos imóveis no interior de uma mesma área da cidade, tanto quanto entre as diferentes áreas. O fato é que a segregação social de uma dada sociedade pode ser percebida

através da análise da organização de seu território, especialmente o residencial: diferentes bairros, muitas vezes opostos em qualidade de vida urbana, até mesmo a atmosfera que se sente nas ruas quando nelas se circula, padrão de lojas e magazines, tudo aponta para uma diversidade social.

Retomando a discussão sobre as práticas de classe no espaço urbano

Temos então elementos analíticos que nos ajudam a compreender parte do sentido que o espaço construído apresenta aos seus ocupantes: não se podem abstrair as classes sociais nem tampouco o estilo de vida dos grupos. Ambas as dimensões se completam na explicação e aparecem como elementos de classificação. Assim, não seria apressada a incorporação do conceito de *habitus* para auxiliar nessa explicação, pois temos que considerar tanto os valores de classe como os de *status* a fim de darmos conta da análise material e estética do espaço construído. O conceito de *habitus*, pois, pode ser entendido como um sistema de disposições duráveis interiorizadas pelos indivíduos a partir de suas condições objetivas de existência (situação de classe) e que funciona como esquemas conscientes de ação, de percepção e de reflexão (posição social) (Bourdieu, 1980).

Os elementos de classificação social em sociedades historicamente consolidadas se fazem por critérios rígidos, porém dissimulados. No geral se tem acesso à renda monetária, à educação, saúde, e a habitação é regra geral, motivo de políticas universalistas. O *gap* entre

as altas rendas em relação às médias e pequenas é enorme, porém não há déficits estruturais de serviços.⁶ Em contextos similares, as valorações sociais são menos evidentes: forte hegemonia da esfera econômica e a esfera simbólica, via consumo, tem forte presença na montagem de sistemas classificatórios. Assim, frequentar certos ambientes culturais, cursar determinadas escolas, exercer certas profissões, morar em determinadas áreas da cidade são maneiras de se diferenciar dentro do grupo. Em contextos similares e tendo já equacionada a questão econômica, a esfera social assume posição de destaque nos sistemas classificatórios (se diferenciar, diferentemente!).

Em sociedades emergentes, de urbanização e industrialização relativamente recentes temos contextos distintos. Primeiro o *gap* entre as classes de renda chega a ser assustador. Há níveis generalizados de pobreza urbana, convivendo com grupos de renda média e alta numa situação tensa e problemática. Isso porque a dificuldade de acesso à renda, à educação de qualidade para o mercado de trabalho, o sistema de saúde precário, e principalmente um setor habitacional popular que beira ao absurdo, ferindo o bom senso: precariedade das construções, completa inobservância de regras simples de construção, ausência de serviços coletivos urbanos, etc., fazem de nossas metrópoles ambientes que se pode afirmar se guiam à “dupla velocidade”. Áreas com padrões urbanísticos corretos e adequados, ao lado de uma cidade clandestina que sobrevive às bordas da área integrada.

Se retomarmos nosso argumento sobre os sistemas classificatórios em sociedade, poderíamos argumentar que para enormes parcelas dos moradores urbanos o que os guia nas

decisões são as necessidades imediatas, não havendo muito lugar para a manifestação da esfera simbólica em boa parte de nossas áreas metropolitanas. Isso é um equívoco que precisa ser enfrentado academicamente. Para tanto, optamos por discutir a noção do “belo” que se manifestaria em diferentes dimensões da vida social e individual. Seja na forma de vestir, de morar ou a partir de outros aspectos, temos sempre critérios para optarmos. Ou seja, se a dimensão econômica é ditada pelo mercado, a dimensão social, mais simbólica, se utiliza de valores abstratos tais como a estética.⁷

A noção de “belo” guarda relação com dimensões variadas da vida individual e social e muitas vezes surpreende. Trata-se de uma noção subjetiva e tem relação no essencial àquilo que agrada ao nosso gosto, à nossa sensibilidade. Podemos considerar de início o caráter histórico dessa noção. Ferry (2005) argumenta sobre a emergência de um universo laico no qual os seres humanos vão se pretender, enfim se pensar como os autores, os criadores de sua história, mas também de sua cultura. Argumenta o autor que na Antiguidade a verdade na arte era, primeiro, expressar a harmonia do cosmos; nas religiões mono-teístas é a grandeza e o sublime do divino; nas democracias humanistas atuais, a arte é a expressão da profundidade e da riqueza do gênio humano (ibid., p. 16). Em síntese, o que se pode argumentar é que em lugar de refletir uma ordem exterior aos homens (cósmica ou religiosa), a obra de arte vai se transformar, nas sociedades modernas, na expressão da personalidade de um indivíduo.⁸

Vivemos, portanto, um fenômeno peculiar e original na modernidade, que é justamente a

humanização da arte, isto é, o aparecimento do conceito de estética, que pode ser entendido como uma teoria dos efeitos produzidos por certas realidades sobre nossa sensibilidade. Em se tratando de um efeito geral que alcança a todos, independentemente da posição na estrutura social, podemos supor que todos temos nossos critérios estéticos que refletem a dimensão econômica (mercado), mas, sobretudo, valores subjetivos de indivíduos e grupos, afirmando a natureza política da estética, ou da arte (ou do belo).

Pois bem, essa individuação da forma estética é vista por Simmel em convivência com uma individuação das formas de sociabilidade, a qual tem na metrópole o lugar de convergência e amplificação de diversos processos de transformação nos tempos atuais. Se somarmos os diferentes sistemas classificatórios, veremos que estamos todos inseridos em processos que nos posicionam dentro do social, numa incessante passagem da dimensão social para a individual e vice-versa. Ocupar um lugar no social será, portanto, o resultado de nossas ações, que já seriam também produto de posições já existentes (agimos de acordo com o que nos foi ensinado seja pela família, círculo de relações, sistema educacional, etc.). Significa assim que a adoção de um determinado valor ou estilo de vida indica a adequação aos valores de certo círculo social, compartilhando de suas convenções. Sem dúvida, na cidade, a moradia é um dos elementos principais na explicitação de um sistema de valores estéticos individuais e de classe. E onde ela é uma evidência maior é nas preferências estéticas da classe média urbana, argumento que iremos tentar demonstrar aqui.

A individualidade expressa na moradia

Refletir sobre a realidade social a partir do conceito de classes, desde que adequadamente entendido, constitui efetivamente um construto teórico de valor incomparável. Porém, evitaremos aqui o debate sobre a “luta de classes”, no qual invariavelmente se cai quando o recorte analítico considera a estrutura social como uma estrutura de classes e que a mudança se dá como resultado de uma luta entre as classes. Nessa concepção, poderíamos explicar os processos de mudança, porém teríamos dificuldades para justificar a estabilidade ou o equilíbrio social, mesmo quando se tem grandes desníveis econômicos. Tentaremos sim decodificar na existência cotidiana – fora dos “muros da fábrica” –, estratégias que refletem essencialmente uma disfarçada luta de classes, mas que se mostram como ações individuais.

Parte de uma engrenagem complexa, as ações individuais devem ser lidas como estando firmemente assentadas na realidade histórica e são o elemento que expressa a relação entre indivíduo e sociedade. Em outras palavras, o indivíduo, em suas ações, detém um grau de autonomia que é determinada pelo contexto social, cultural e histórico que o limita em suas decisões e sua autonomia será sempre relativa. O sentido de seus atos é dado então pelo contexto no qual eles se manifestam e jamais é ditado exclusivamente pelo próprio sujeito da ação. Nesse movimento, uma sutil dialética entre exploração e dominação deve ser a base da reflexão.

No território da cidade, o que está em questão é a dominação, mesmo que a

estrutura física possa ser efeito de uma lógica de exploração. Portanto, há situações em que a dominação não é necessariamente exercida tendo em vista a exploração. Isso poderia ser o caso de sistemas socioculturais em que a dominação, por exemplo, propicia aos seus beneficiários vantagens outras que não a exploração de mais-valia (por exemplo, no patriarcalismo). Poderia também ser o caso de práticas da vida cotidiana quando certos valores sociais válidos para determinados grupos são impostos como legítimos para o conjunto dos grupos da sociedade. Aqui, na esfera simbólica é que se daria a verdadeira luta por hegemonia: quando valores de uma classe são transpostos como senso comum para todas as classes. Ao mesmo tempo, lembrando as reflexões simmelianas, o espaço da cidade, extra-fábrica, é o lugar da “produção de relações” mais do que das “relações de produção”, onde, de forma original, de fato, há a interação interclasses.⁹ Seria aqui então que se criariam, de forma permanente, novos modos de subjetivação, dando à vida social na metrópole o verdadeiro sentido de “sociedade” nos moldes goffmanianos, para quem também “sociedade é interação” (Goffman, 1989).

Os elementos da discussão acima nos auxiliam para retomarmos a temática sobre “valores estéticos”, já esboçada nos parágrafos anteriores e introduziremos um exemplo concreto de subjetivação nos processos de sociabilidade. O significado que Simmel nos dá de sociabilidade como “uma forma lúdica de socialização, e algo cuja concretude determinada se comporta da mesma maneira como a obra de arte se relaciona com a realidade” (Simmel, 2006, p. 65) nos é útil. Para Simmel, o impulso artístico retira as formas da totalidade de

coisas que lhe aparecem, configurando-as em uma imagem específica e correspondente a esse impulso, “o impulso de sociabilidade em sua efetividade se desvincilha das realidades da vida social e do mero processo de socialização como valor e constitui assim o que chamamos de sociabilidade”.

Vimos que há valores de classe e certa dose de autonomia individual na opção por um estilo de vida que se combina para a definição de gostos e de percepção de mundo. Essa autonomia permite aos indivíduos expressarem suas subjetividades sempre tendo limites de liberdade nessa empreitada, ditados pelo contexto social. Essa possibilidade potencial de expressar a subjetividade faz da vida em sociedade um cenário múltiplo e diverso que retrata a diversidade presente, seja dentro de um grupo, seja entre diferentes grupos sociais. A expressão de valores estéticos em toda e qualquer dimensão da vida passa assim a ser dimensão constitutiva da sociedade, mesmo que haja certos padrões que possam ser considerados em algum momento e por determinados grupos como legítimos. Talvez seja ali, nesse teatro social, que as identidades se apresentam e se firmam. A esfera do consumo é onde se têm margens de manobra para a inventividade, portanto, para expressar valores estéticos e por consequência, subjetividades. E o cenário da metrópole é sem dúvida o que oferece maior potencial de diversificação e de expressão de individualidades.¹⁰ Seja no vestuário, no consumo cultural ou de bens materiais e imateriais e até mesmo na moradia existem diversas possibilidades de escolha, o que faz dessa esfera uma das mais importantes na definição

identitária, uma linguagem que aproxima indivíduos com padrões estéticos comuns.

Um agrupamento urbano de classe média: Jardim Icaraí/Niterói

Tomando como referência um bairro de classe média na cidade de Niterói, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, fizemos algumas inferências a fim de testarmos elementos teóricos presentes nas páginas acima. Trata-se do Jardim Icaraí, região de expansão de um mercado imobiliário para um público de rendas médias elevadas, e que vem atravessando um forte processo de expansão de sua área construída ou mesmo a reconstrução de novos imóveis em áreas já ocupadas anteriormente em função da valorização que a área apresenta.

Perguntávamo-nos, inicialmente, quais seriam as razões da recente definição da área como um “bairro”, bem como quais os limites físicos que o delimitavam na geografia da cidade. Supomos que a dimensão econômica estaria aqui equacionada e haveria outras motivações que favoreceram a escolha da área como moradia pelos grupos ali residentes. Em outras palavras, dado o nível de renda das famílias, haveria um leque amplo de possibilidades de escolha do local de moradia. Nesse sentido, orientamos nosso levantamento qualitativo nos perguntando “por que as pessoas almejam morar no bairro?” e “por que essas mesmas pessoas preferem em um tipo específico de prédio, com características arquitetônicas peculiares?”

A vida social do bairro e seus moradores

Nosso intuito foi, portanto, o de analisar a influência dos valores de *status* (ordem social), que seria a dimensão classificatória utilizada pelo grupo ali residente. Por detrás desse enfoque, estaria uma hipótese subjacente, qual seja, a de que a localização de um grupo em determinada porção do território da cidade se relaciona com o desenvolvimento de um estilo de vida específico por parte daqueles que desejam pertencer ao círculo social e compartilhar de suas convenções, assim, o lugar de moradia seria um forte indicador do lugar social. Portanto, nos orienta o pressuposto de que a estratificação por *status* caminha de mãos dadas com uma monopolização de bens ou oportunidades materiais e ideais (Weber, 1981, p. 76).

Uma primeira constatação surgia logo de início: o bairro passava por um processo de modificação dos padrões habitacionais que preexistiam à atual expansão imobiliária. Com grande rapidez, antigas casas, geralmente térreas e pequenos prédios de até cinco andares, cediam lugar a prédios com mais de dez andares, inclusive com coberturas, abrigando cada um em torno de cem famílias. Esses lançamentos imobiliários se espalham por todas as ruas do bairro, dando sinais de um mercado em forte expansão. A substituição de antigas residências por essas novas, com características peculiares, significa muito mais do que substituir os abrigos preexistentes: é de fato derrubar um modo de vida, pois a chegada de um grande número de famílias altera o cotidiano do bairro.

A delimitação física do bairro Jardim Icarai é outra dimensão que vale destaque. Trata-se

de um bairro cuja mudança nos padrões habitacionais se fez com base numa publicidade de empresas imobiliárias, e tem sua abrangência delimitada no território segundo uma representação peculiar. Vendem-se os imóveis a partir de uma aproximação do seu padrão com o bairro vizinho de Icarai, que goza de uma tradicional valorização junto à classe média alta. As dificuldades classificatórias surgiam o tempo todo quando se tratava da indefinição de suas regiões fronteiriças. Observamos que todas as ruas que delimitam o território do bairro são alvos de constantes questionamentos quanto ao seu pertencimento: sendo contígua a outro bairro (Santa Rosa) há ambiguidades quanto às ruas que pertencem ao "Recanto Icarai" ou ao "Recanto Santa Rosa", numa alusão a novas formas classificatórias que se originam na região e que marcam a mesma oposição Icarai *versus* Santa Rosa. Assim, a proximidade com o bairro de Icarai é tida como positiva, enquanto que com Santa Rosa acontece o contrário. O próprio nome "Jardim Icarai" já permite tornar esse aspecto mais evidente: Icarai sempre é citado como bairro mais nobre, mais bem servido por serviços e equipamentos urbanos e como símbolo de prosperidade. Em oposição, quando se referem ao Santa Rosa, nomeações como "favela", além da escassez de serviços são ressaltados. O Jardim Icarai toma a posição, portanto, de um bairro intermediário entre esses dois universos, sendo renegados aspectos que o aproximam de Santa Rosa, ao mesmo tempo em que são ressaltados aqueles que definem Icarai como nobre, além das características que Icarai já teria deixado de possuir por conta da expansão anterior.¹¹ Nessa trama de consolidação de uma representação do bairro não se pode considerar que se trata de uma cópia de

Icarai, nem tampouco se distancia simplesmente de Santa Rosa. De fato, a área vai se formando a partir de uma lógica que lhe é própria e seria reducionismo tratá-lo como cópia de um ou de outro.

Essas dificuldades classificatórias são corroboradas pela inexistência de uma norma administrativa, visto que a própria Secretaria de Urbanismo do município não confere legitimidade ao bairro. Tudo indica que há uma defasagem entre o que é vivido pelos moradores e aquilo que está estabelecido pelos órgãos que regem o espaço urbano. Por exemplo, ruas são como definidores dos limites de um determinado território; são também unidades de alto significado para saber reconhecê-las. Elas estruturam um continente, mapeiam e organizam o seu conteúdo, sustentam uma tradição ao evocarem um modo de vida para o qual funcionam como emblema e rótulo (Santos e Voguel, 1981). Os habitantes da área conferem às ruas um papel de referência de bons ou maus lugares ou de serem emblemas de um modo de vida.¹²

Os mais recentes moradores do bairro falam de algo como uma “mudança de ares” ou da “qualidade de vida”. Entretanto, não se pode considerar que a área seja socialmente homogênea, sobretudo vista através da origem de seus moradores recentes e suas diferentes configurações socioculturais. São indivíduos e famílias de diferentes origens dentro da própria cidade, muitos com recente inserção na classe média, guardando, portanto, valores variados no que se refere à estética do lugar. Justamente aqueles oriundos de áreas de menor prestígio são os que insistem nessa mudança no estilo de vida, seja pela proximidade da praia, seja pelas vantagens comerciais

que o bairro apresenta. Como expressa um de nossos entrevistados “aqui as pessoas não bebem em bar, bebem em restaurante”. Os que mudaram para lá oriundos de Icarai lamentam a mudança, apesar de se sentirem bem no local: “sinto falta da confusão de Icarai, pois já estava acostumado com isso”. A oposição entre essas duas falas, quando vista pelos que as expressam, mostra com justeza a dinâmica de consolidação da identidade do lugar, muitas vezes contraditória, pois composta por elevada dose de heterogeneidade social.

O fato é que pudemos perceber a diversidade e a vitalidade que caracterizam o bairro. Isso se constata inclusive nos padrões habitacionais bastante variáveis: casas construídas em diferentes períodos vão perdendo espaço para novos edifícios, muitos abrigando comércio variado no nível das ruas. Estabelecimentos escolares públicos e privados, lojas de vestuário, salões de beleza, farmácias inclusive de manipulação, cursos de línguas estrangeiras, clínicas, apontando uma certa sofisticação. Um desenho urbanístico que organiza pequenos quarteirões permite a circulação a pé e a possibilidade de se formar um circuito de vizinhança que pode aos poucos consolidar uma zona moral, típica de área de classe média. Além do mais, estão presentes aí os quatro fatores ressaltados por Jane Jacobs como sendo indispensáveis para a geração da diversidade urbana, quais sejam: a multiplicidade de usos primários garantindo que diferentes pessoas sejam capazes de utilizar boa parte da infraestrutura em diferentes horários; a necessidade de quadras pequenas; a mistura de edifícios de idades e estados de conservação variados e certa densidade residencial (Jacobs, 2003).

Entretanto, mesmo com tais condições de vida urbana, não se pode desconsiderar o fato de que a rápida e excessiva valorização do solo no bairro pode vir a se configurar como um fator de risco para tal diversidade. As leis de mercado têm potencial de redefinir o perfil médio dos moradores, bem como alterar o próprio comércio local. Porém, essa dinâmica é sempre acompanhada pela diversificação, sobretudo das atividades de comércio e serviços. Esse movimento é de médio prazo e está relacionado com outras variáveis, das quais a estabilidade econômica geral é importante. A classe média se expande através da expansão das atividades do terciário e tudo indica que o caminho será esse, caso os ganhos salariais de seus assalariados estejam num círculo ascendente.

As características dos imóveis residenciais

Sociologicamente, o que é questão nas análises da vida urbana é a natureza dos espaços públicos e a sua relação com o mundo privado, ou seja, o lugar da moradia. Se a cidade é hoje um laboratório social atravessado pela questão do território, por suas fronteiras, as divisões que caracterizam as sociedades urbanas não podem ser compreendidas apenas com a utilização de abordagens clássicas do espaço. É a natureza do vínculo social que se apresenta como problemática nos discursos atuais, sobretudo quando se reflete sobre se o espaço público da metrópole de hoje tem um ambiente onde é possível tolerar o intruso, um indivíduo a mais. Mas é importante deixar claro que esse espaço público não é, necessariamente, o espaço

do anonimato, mas aquele onde dispomos facilmente do direito de ser anônimo, de não atrair as atenções ou os olhares. Temos aqui, portanto, a possibilidade de “redefinir a situação”, ou seja, de negociar permanentemente seus territórios. Haveria assim uma lógica entre a segregação do espaço e a segregação das situações, que segundo Joseph (2007) nos leva à microsociologia interacionista, ou a uma dramaturgia do social baseada nas técnicas de representação do eu (arte das fachadas e palavras das circunstâncias).

Nesse jogo de representações, há dimensões que marcam territórios identitários. Podemos avançar afirmando que a moradia termina desempenhando esse papel de defitichizador, pois o lugar de moradia na cidade termina sendo um indicador do lugar social do indivíduo: define um padrão e um modo de vida ou pelo menos o representa. Assim, circulando em diferentes zonas da cidade, a opção pelo anonimato é um dado de realidade, porém o endereço restringe essa possibilidade. Já assinalamos, anteriormente, que os grupos, pela moradia, tendem a se aproximar, agindo via mecanismos de atração (de iguais) e repulsa (do diferente) através inclusive da mediação de mercado.

Essa dinâmica produz áreas homogêneas dentro da heterogeneidade das construções urbanas. Entretanto, é nas particularidades dos projetos que a homogeneidade se apresenta. Para o Jardim Icarai que estamos tomando como ilustração, e tomando os lançamentos imobiliários recentes na área, são recorrentes certas características, que se repetem: salão de festas, piscina, sauna, salão de jogos, *lan house*, *spa*/hidromassagem, churrasqueira, espaço *fitness*. Os apartamentos oferecidos por esses novos empreendimentos, assim como

as áreas de lazer comum, partilham de características que se mostram constantes: todos possuem varanda, pelo menos uma suíte e pelo menos uma vaga na garagem. Vendidos na planta, a maioria permite que o proprietário proponha alguma mudança do espaço no período da compra, agindo enquanto elemento de diferenciação e de expressão de subjetividade. Além do mais, como são entregues limpos, até mesmo sem lâmpadas, há maior liberdade para deixá-lo do jeito que preferir.

A planta do apartamento é constantemente citada como elemento influenciador na escolha do prédio: “o que mais me chamou atenção aqui foi a planta do apartamento, gosto do tamanho da minha cozinha, é o mesmo de um apartamento antigo, dá até para colocar uma mesa”. Ou ainda é a área de lazer comum dos prédios que divide com a planta a preferência dos compradores. Jovens e crianças são sempre mencionados como os que mais se beneficiam desses espaços, mesmo por aqueles que ainda não têm filhos: “área de lazer era algo que eu prezava até mesmo porque pretendo ter filhos e não queria morar num prédio que não tivesse isso”. A questão do *status* aparece mais uma vez na fala de uma moradora que diz: “aqui atendeu ao que eu queria em termos de investimento e também tem coisas que as pessoas valorizam”.

Finalmente, o estilo arquitetônico e os componentes dos ambientes externos dos prédios (materiais utilizados na construção, objetos presentes na decoração da portaria, etc.), remetendo a um estilo moderno, também são valorizados pelos moradores. Demonstram orgulho ao se referirem à fachada ou ao “visual” do prédio: “olha que bonito, não é para ficar de peito estufado?”, ou ainda: “o visual tem um

tchan! Eles usam aqueles vidros verdes”. Outra interlocutora fala ainda com orgulho da sua “portaria climatizada e da mesa redonda com um lustre acima igualzinho ao projeto...”.

As áreas comuns de lazer são muito marcadas pela presença de diversos objetos decorativos como vasos, quadros, flores, etc. Da mesma forma, é repleta de móveis e aparelhos como cadeiras tipo espreguiçadeiras, pufes, televisões, videogames e brinquedos para os pequenos. Parece haver uma expectativa de transformá-las em uma extensão da casa, num ambiente acolhedor e propício às interações sociais, pois “não há necessidade de sair daqui para nada, você recebe seus amigos aqui mesmo...”. Porém, Simmel (1979, p. 12) nos fala da impessoalidade das metrópoles, da raridade de contatos íntimos entre moradores em comparação com os contatos externos. Muitos dos moradores mais antigos dos prédios conheciam seus vizinhos “apenas de vista” ou então afirmam que “aqui as pessoas são mais distantes, mais frias”. Assim, se essas áreas de lazer se propõem de fato a atuar como extensões da própria casa são, da mesma forma, utilizadas muito mais para consolidar círculos de amizades preexistentes do que com vizinhos.

O que é digno de ressaltar é que tais características funcionam como um mecanismo de atração e de seleção dos compradores, gerando um espaço social com características comuns. A atração de novos moradores, selecionados por um padrão econômico e estético peculiar que oferece um estilo de vida adequado, age como um filtro que seleciona os “semelhantes”, funcionando como mecanismo classificatório.

A aquisição de um apartamento em um imóvel com características que correspondem a

um padrão específico de vida só se torna possível uma vez que os indivíduos que almejam comprá-lo se ponham em disputa no mercado e disponham de recursos econômicos para obter o bem desejado.¹³ É comum o argumento justificando a compra do apartamento como uma valorização do patrimônio ou como um investimento seguro. Falam ainda na aquisição de “um bem que ninguém vai te tirar!”.¹⁴ Porém, estamos nos perguntando se seria cabível a definição desses indivíduos como sendo um grupo de *status*. De fato, muitos dos atributos definidores dessa categoria conceitual, conforme tratados por Weber em texto anteriormente citado, podem ser encontrados no caso que estamos tomando como exemplo; até mesmo nos anúncios publicitários dos lançamentos podem ser observadas essas proximidades.

Entretanto, a advertência feita por Becker quanto à escolha que o pesquisador deve fazer entre deixar a categoria conceitual definir o caso e deixar o caso definir a categoria (Becker, 2008) não deve ser esquecida. Ao se optar pela primeira alternativa, perdemos parcela significativa da complexidade própria da realidade e deixamos de investigar aspectos do nosso caso apenas por não fazerem parte da descrição da categoria com a qual trabalhamos. Faz sentido, portanto, incluir todos os aspectos do caso em nossa análise, mesmo que a categoria conceitual não dê espaço para eles. Assim, tomando nosso caso como referência, a honra de *status* está diretamente ligada a uma situação de classe envolvendo proprietários em competição no mercado por bens altamente valorizados. De maneira alguma o “ter” se opõe ao “ser”. As distinções pessoais não entram em contradição com as pretensões de aquisição puramente econômicas, que segundo Weber é próprio das “classes”.

Esboço para uma conclusão geral

Os aspectos diversos que contêm a decisão de morar em determinada área da cidade e não em outra guardam uma lógica peculiar que procuramos decodificar. Estamos longe da afirmativa weberiana, para quem o que caracteriza sociologicamente a cidade são as relações de vizinhança (Weber, 1979). Se essa assertiva pode se aplicar para as cidades da pré-modernidade, Simmel vai insistir que agora há outro fator importante na cidade, que é justamente a possibilidade do anonimato. Estamos em diferentes níveis de análise: a divisão do trabalho social leva à especialização de ofícios e atividades que, por sua vez, se baseia nas trocas monetárias para se manter e reproduzir. Assim, é a aglomeração no território que sustenta e oferece as condições gerais para a divisão do trabalho; sem dúvida, temos aí uma das explicações para a atração que a cidade oferece. Sendo lugar de mercado, produz fatos sociológicos peculiares que, segundo Weber (ibid.), seriam as relações de vizinhança.

Entretanto, na medida em que estamos considerando as trocas monetárias via mercado, temos que levar em conta que a concorrência é parte constitutiva da relação. Isso produz mecanismos de diferenciação de produtos e preços caracterizando uma oferta geral de bens e serviços profundamente diversificada, variada. O jogo de mercado é então um processo contínuo de inovações, onde o que se oferece varia quantitativamente e, sobretudo, qualitativamente. Na medida em que a própria mercadoria trabalho entra nessa lógica, há nas esferas individuais a permanente expectativa

de diferenciação para obter melhores resultados na concorrência. Submetido a estímulos permanentes, o indivíduo tem seu psiquismo envolto numa série ininterrupta de sensações cotidianas. O fenômeno é tanto na esfera da qualificação profissional, na procura de méritos de distinção, até na dimensão física, corporal e no estilo de vida que se pode praticar. O argumento de Simmel é que se desenvolvem aí estratégias de “sobrevivência” psíquica com o aparecimento do instinto de reserva ou até mesmo da atitude *blasé* (Simmel, 2007). Assim, aquilo que para Weber caracterizava sociologicamente a cidade pré-moderna, e poderia ser lido como algo positivo, em Simmel passa a ser visto como fonte de perturbação: a inexorabilidade do fenômeno é que daria o substrato para seus argumentos sobre a “tragédia da cultura”.

Fizemos referência, ao longo do texto, ao fato de que no capitalismo não há relações de classe e sim relações de dominação e um grupo se sobressai ante os demais. Ao mesmo tempo, lembramos que há sim produção de relações e que essas se dão nas esferas da circulação e do consumo e onde o espaço urbano é privilegiado para suas manifestações. Simmel insiste sobre a placidez da vida em pequenas cidades ou no campo, comparada ao que se passa na metrópole, onde a racionalidade da vida é levada ao extremo. Entretanto, o ser humano é um ser social e tem mecanismos de socialização que garantem um mínimo de interação, ao risco de acabar com o que se entende por sociedade. Discutindo o caráter abstrato da sociologia, Simmel procura entender o que acontece com os seres humanos e segundo que regras eles se movimentam quando, em virtude de seus efeitos mútuos, formam grupos e são determinados por essa existência em grupo. Podemos

considerar, portanto, que a necessidade de reconhecimento é o que move as tentativas de interação entre as pessoas e garante certa identidade social mantendo-as partes de um grupo. É na metrópole onde essas possibilidades são mais disponíveis, pois o ambiente social é de profunda heterogeneidade, permitindo escolhas eletivas.

Seria, assim, através de processos de interação social que se produz a sociedade, seja mercantil ou não. Marcel Mauss, estudando o regime das trocas em sociedades arcaicas, nos lembra que a interação ali presente não se resumia a uma simples troca de bens, de riquezas ou de produtos num mercado estabelecido entre os indivíduos. Insiste o autor:

[...] em primeiro lugar não são indivíduos, são coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam as pessoas presentes ao contrato são pessoas morais: clãs, tribos *famílias* (grifo nosso) que se enfrentam e se opõem seja em grupos frente a frente num terreno,.... Ademais o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, habilidades, banquetes, riquezas, serviços... dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente. (Mauss, 2007, p. 190)

Percebemos assim que a troca é um fenômeno pré-mercado capitalista, o substrato mesmo da sociedade. Lévi-Strauss, em sua célebre introdução à obra de Marcel Mauss, adverte ser da natureza da sociedade que ela se exprima simbolicamente em seus costumes e em suas instituições:

[...] ao contrário, as condutas individuais normais *jamais são simbólicas por elas mesmas* (grifo no original), elas são os elementos a partir dos quais um sistema simbólico, que só pode ser coletivo, se constrói. (Lévy-Strauss, 2007, p. 17)

São essas reflexões que nos ajudam a concordar com a assertiva maussiana segundo a qual “sociedade é símbolo”, nos valermos do pensamento de Simmel para quem

[...] a sociologia extrai dos fenômenos uma série ou uma parte da totalidade e a subsume a um conceito específico através de processos de abstração e estudar, por exemplo... os resultados da luta de classe sem entrar nos detalhes do curso de uma greve ou das negociações em torno de uma taxa salarial. (2006)

Aquilo que Mauss observa para as sociedades que ele estuda é significativo para nossas reflexões. As trocas mercantis, hoje ainda, guardam a sua essência de “atos coletivos” abstratos, mesmo quando aparecem como sendo resultado de decisões individuais. A aquisição de um imóvel para moradia tem elementos que contribuem para a formação de sistemas simbólicos que só podem ser coletivos, como afirma Lévi-Strauss. Talvez tivéssemos que incorporar na análise a natureza das sociedades modernas com seus sistemas de classes e seus regimes de criação de esferas de prestígio social. No caso que exemplificamos no presente artigo, trata-se de um grupo de classe média urbana, com história relativamente recente na sociedade brasileira, mas que pelas facilidades de consumo que detém consegue gerar um sistema de valores peculiar, envolvendo um estilo de vida próprio.¹⁵

A teoria social ainda não consegue definir claramente o estatuto desse grupo, dada a indefinição, seja na natureza do mercado de trabalho, seja nos próprios valores morais. Seria suficiente talvez reafirmar a definição de “classes médias” corrente no debate sobre as sociedades pós-industriais da segunda metade do século XX. É possível situá-las a partir de três grandes referências complementares, próximas de uma descrição do que propriamente de uma definição: 1) as classes médias seriam aquelas cujo nível de remuneração se aproxima da média; 2) seriam definidas pela posição intermediária de seus membros nas hierarquias sociais e profissionais, assim como na escala das qualificações, marcados por uma competência e um poder de organização; e 3) se definiriam em função de um sentimento de pertencimento, menos estático que dinâmico, notadamente pelo fato de identificar seu destino – ou o de seus filhos àquele do grupo intermediário (Tourraine, 2007, p. 17).

O fato é que seu universo privilegiado são as metrópoles, onde gozam das possibilidades de um anonimato onde podem se apresentar segundo critérios racionais, meritocráticos, escapando dos códigos tradicionais de aquisição de prestígio, dos quais a origem familiar é uma das principais características. Entretanto, suas estratégias de reprodução e de manutenção de prestígio vão sendo aos poucos consolidadas à medida que se firmam no cenário do mercado de trabalho (terciário) e se beneficiam das vantagens que o sistema garante a segmentos sociais específicos. Não há dúvidas de que a moradia é um dos elementos mais visíveis de uma posição social, cuidadosamente cultivada por esse segmento.

Giddens é enfático quando afirma que “o mais importante dos fatores que promovem uma diferenciação geral entre trabalhadores *white-collar* e *blue-collar* são os agrupamentos distributivos formados pela “aglomeração” de vizinhança e por certos tipos de formação de grupos de *status*.¹⁶

Nossa opção em exemplificar a análise a partir de um caso foi no sentido de obedecer a uma orientação simmeliana, segundo a qual

a particularidade nos ajuda a entender a totalidade. Isso justifica a nossa ênfase na noção de “belo”, em que a estética passa a ser um instrumento de diferenciação que identifica um grupo social através de padrões estéticos comuns ou similares. Esse recorte nos é útil inclusive para analisar as formas estéticas em áreas populares, guiadas por princípios idênticos, porém com parâmetros próprios. Mas isso é assunto para outro artigo.

Brasilmar Ferreira Nunes

Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense. Pesquisador do CNPq e da Faperj. Rio de Janeiro, Brasil.
bnunes.uff@gmail.com

Notas

- (*) O autor agradece o trabalho de Natalia Carneiro Campagnani, estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense e bolsista PIBIC, na pesquisa empírica e nas discussões que deram origem ao texto.
- (1) Simmel se interrogando sobre a maneira como quantidade induz à qualidade (da pequena cidade à metrópole), argumenta que a partir de certo ponto as conexões se multiplicam ao mesmo tempo em que o indivíduo ganha em liberdade de movimento e a grande cidade ganha autonomia de personalidades únicas. Por exemplo, o estatuto de metrópole de Weimar se ligava a figuras eminentes e desaparece com elas, enquanto a grande cidade [é] precisamente caracterizada pela sua independência fundamental em relação a personalidades ilustres (Simmel apud Rémy, 1997, p. 66).
- (2) Ver a respeito: Simmel, G. (1998).
- (3) A terceira esfera tratada por Weber é a “política”, cuja análise é feita a partir da noção de poder. Não iremos tratar dessa esfera nos quadros deste artigo.

- (4) Uma ilustração desse fato é, por exemplo, durante catástrofes naturais, quando áreas precárias das cidades são atingidas e destruídas. Nesse momento, a comoção da perda do abrigo é reveladora do apego que o imóvel tem para seus moradores, independentemente de suas qualidades materiais.
- (5) A análise sobre o mercado imobiliário de alta renda na Região Parisiense é exemplar a este respeito. Ver Pinçon e Pinçon-Charlot (1989).
- (6) Claro que estamos considerando estabilidade de emprego e renda. Em momentos de crise, essa situação pode se alterar, porém raramente chega ao nível das sociedades emergentes.
- (7) A sociologia discute com parcimônia a dimensão estética, que de maneira diferenciada tem, de fato, sentido profundo a todos os indivíduos e grupos. Na medida em que ela é confundida com a dimensão econômica (“o belo é de alto custo”), se perde de vista que todos se submetem a padrões estéticos nessa aventura que é a vida em sociedade.”Eis o que foi sem dúvida, depois de sempre, a vocação essencial da arte: evidenciar... em um material sensível (cor, som, material...) uma verdade considerada como superior” (Ferry, 1990, p. 16).
- (8) “Secularização e humanização são duas palavras-chave destas variações às quais conviria prestar um instante de atenção para se inserir com mais segurança nas discussões atuais” (Ferry, 2005, p. 16).
- (9) Na esfera das “relações de produção”, não se pode dizer que haja relações de classe. O que há é a exploração de uma classe sobre outra e a imposição de seus interesses como legítimos.
- (10) Vamos deixar claro que a esfera do consumo é acessível a todos, desde que detenham recursos materiais/monetários. Assim, da mais baixa à mais elevada renda, todos participam segundo suas possibilidades do consumo, sobretudo na vida urbana e metropolitana, onde a moeda é o instrumento privilegiado de interação social.
- (11) Por exemplo, ruas mais tranquilas, trânsito menos intenso.
- (12) As alusões à rua da praia de Icarai e à Cel. Moreira César, ambas em Icarai, são constantes e servem de referencial para a reprodução de um estilo de vida no bairro vizinho. Comparam o comércio de seu bairro com o do vizinho: “aqui é bem servido das necessidades básicas como padaria, farmácia, mas ainda não tem tantas lojas de roupas e presentes como a Moreira César que é um *shopping* a céu aberto”.
- (13) No momento de realização da pesquisa, no segundo semestre de 2010, os preços dos apartamentos de dois quartos oscilavam em torno de R\$250.000,00, enquanto os de três quartos custavam em média R\$350.000,00. Porém, é importante ressaltar que o aumento nos preços desses imóveis se dá de forma extremamente rápida, vide a valorização da área em questão e em poucos meses, até mesmo durante o período das obras, os preços podiam chegar a R\$400.000,00 e R\$600.000,00, respectivamente.
- (14) Os preços dos apartamentos variam segundo o prestígio da rua onde se localizam. Apartamentos adquiridos na planta têm um imediato aumento de seu valor logo na entrega das chaves ou mesmo no período das obras, caracterizando um investimento financeiro praticamente sem riscos.
- (15) O estatuto teórico da “classe média” não é contemplado pela teoria marxista, sendo estudada principalmente pela sociologia anglo-saxônica (Stuart Mills, Giddens, etc.). A denominação de “*White collars*” é a que mais se popularizou para caracterizá-la (Giddens, 1975).

- (16) Mais ainda: “a força da tendência à separação de vizinhança é inegável em especial nas sociedades capitalistas... a maior segurança de emprego, característica do trabalho *white-collar*, geralmente leva a uma disponibilidade maior de empréstimos para habitação e hipotecas” (Giddens, 1975, p. 225).

Referências

- BECKER, H. (2008). *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BOURDIEU, P. (1980). *Le sens pratique*. Paris, Minuit.
- FERRY, L. (2005). *Le sens du beau: aux origines de la culture contemporaine*. Paris, Librairie Générale Française.
- GIDDENS, A. (1975). *A estrutura de classes das sociedades avançadas*. Rio de Janeiro, Zahar.
- GOFFMAN, E. (1989). *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes.
- JACOBS, J. (2003). *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo, Martins Fontes.
- JOSEPH, I. (2007). *L'athlète moral et l'enquêteur modeste*. Paris, Econômica.
- LÉVI-STRAUSS, C. (2007). “Introdução à obra de Marcel Mauss”. In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac Naify.
- MAUSS, M. (2007). “Ensaio sobre a dádiva”. In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac Naify.
- MILLS, C. W. (1969). *A nova classe média – White-collar*. Rio de Janeiro, Zahar.
- PINÇON, M. e PINÇON-CHARLOT, M. (1989). *Dans les beaux quartiers*. Paris, Seuil.
- REMY, J. (org.). (1997). *Georg Simmel: ville et modernité*. Paris, L'Harmattan.
- SANTOS, C. N. e VOGUEL, A. (1981). *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. Rio de Janeiro, Convênio IBAM/Finep.
- SIMMEL, G. (1979). “A metrópole e a vida mental”. In: VELHO, O. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (1984). “Digressions sur l'étranger”. In: GRAFMEYER, Y. e JOSEPH, I. (orgs.). *L'école de Chicago: naissance de l'écologie urbaine*. Paris, Aubier.
- _____. (1998). “O conceito de tragédia da cultura”. In: SOUZA, J. e OELZE, B. (orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília, EDUnB.
- _____. (2006). *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (2007). *Les grandes Villes et la vie de l'esprit*. Paris, L'Herne.
- SOUZA, J. e OELZE, B. (org.). (1998). *Simmel e a modernidade*. Brasília, EDUnB.

TOURRAINE, A. (2007). "Entre notion sociologique e notion politique". In : BOSCH, S. (org). *Problèmes politiques et sociaux: Dossier Les Classes Moyennes*. Paris, La Documentation Française.

WEBER, M. (1966). "Classe, status, partido". In: VELHO, O. G., PALMEIRA, M. e BARTELLI, A. (org.). *Estrutura de classes e estratificação social*. Rio de Janeiro, Zahar.

_____ (1979). "Conceito e categoria de cidade" In: VELHO, O. G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar.

_____ (1981). "Classe, "status", partido". In: VELHO, O. G., PALMEIRA, M., BARTELLI, A. (org.). *Estrutura de classes e estratificação social*. Rio de Janeiro, Zahar.

Texto recebido em 15/jan/2011
Texto aprovado em 9/maio/2011